



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

**RELATÓRIO CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE  
CONTROLE INTERNO**  
**RELOCI**

IN TCEES Nº 68/2020 ANEXO III – TABELA REFERENCIAL 1

Exercício de 2022



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Município de São Roque do Canaã/ES

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã/ES

**Gestor responsável:** Sr. Marcos Geraldo Guerra

**Exercício:** Prestação de Contas do ano de 2022

Conforme as determinações contidas na IN TCEES- 68/2020 e observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF esta Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício de 2021, procedimentos de controle, exercendo suas atribuições, conforme evidencia no discorrer deste termo, acentuando prioritariamente:

- I. as proposições da gestão estruturadas as peças de planejamento orçamentário e financeiro (PPA/LDO/LOA);
- II. aspectos de legalidade, avaliando os resultados da gestão sob o prisma da eficácia e eficiência, correta execução das metas orçamentárias, financeiras e patrimonial, na estrutura da administração direta e indireta do Município.
- III. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

**DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente relatório de Controle Interno acompanha as Contas de Governo do Município de São Roque do Canaã – Estado do Espírito Santo, exercício de 2022, em atendimento ao regramento disciplinado pela Instrução Normativa nº 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

**DAS ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL**

A Estrutura Administrativa da Controladoria Geral Municipal foi criada por meio da Lei Municipal nº 713/2013, criando cargos com as atribuições específicas, diretamente subordinada ao Poder Executivo Municipal.

A Lei Municipal nº 668/2012, atribui a Unidade Central de Controle Interno funções específicas, definindo em seu art. 5º as competências do órgão, Leiamos:

Art. 5º - São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno, referida no artigo 7º, além daquelas dispostas no art.74 da Constituição Federal e art.76 da Constituição Estadual, também as seguintes:

I – coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, abrangendo as administrações direta e indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos informações, atendimento às equipes técnicas, recebimentos de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

III – assessorar a administração nos aspectos relacionados como controle interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatório e pareceres sobre os mesmos;

IV – interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentaria, financeira e patrimonial;



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

V – medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos do Poder Executivo Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles.

VI - avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto as ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e de Investimentos;

VII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos fiscais;

VIII – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Poder Executivo Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IX – exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Ente;

X – supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI – tomar as providências, conforme o disposto no art.31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para recondução dos



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

XII – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentaria e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XIV – participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentarias e da Lei Orçamentaria;

XV – manifestar-se, quando solicitado pela administração acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e /ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos e congêneres;

XVI – propor a melhoria ou implantação de sistema de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XVII – instituir e manter sistemas de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

XVIII – verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

XIX – manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;

XX – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fato inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XXI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, conforme o caso, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XXII – representar ao TCEES, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas; XXIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração;

XXIV – realizar outras atividades de manutenção aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno.

O Controle Interno do Município compreende o plano de organização e os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei, por isso as metas devem ser coerentes com a realidade do município, com a participação da comunidade através das audiências públicas na



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

elaboração dos orçamentos. E o controle interno estando sempre atuante no que lhe couber quanto ao cumprir o que foi planejado.

Esta controladoria vem contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no caput do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência. A eficiência pode ser definida como: "critério de desempenho; é a otimização dos recursos disponíveis, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando o menor custo na execução das tarefas."

Em consonância com as atribuições legais conferidas a esta UCCI - Unidade Central de Controle Interno, por meio da Lei Municipal nº 713/2013, bem como o que determina a IN TC nº 034/15, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, referente ao envio da Prestação de Contas Anual, constam neste relatório as principais atividades desenvolvidas por este Órgão de Controle no exercício de 2022.

A missão da Controladoria Municipal, mesmo com as limitações de pessoal, é priorizar a implementação de mecanismos de orientação, interagindo com as Secretarias Municipais, para efetiva implementação do Sistema de Controle Interno.

## **DA ANÁLISE DAS CONTAS**

### **Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária**

#### **1.1.1 Prestação de contas anual – execução orçamentária.**

Conforme o Balanço Orçamentário a previsão de arrecadação na inicial era de R\$ 40.250.000,00, a previsão atualizada da arrecadação da receita era de R\$ 59.303.640,31 e a receita realizada no período foi de R\$ 63.422.020,51. Tendo assim, um valor arrecadado superior ao estimado em R\$ 4.118.380,20.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

Quanto à atuação do Município no combate à sonegação e as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais, são realizados através de inscrição em Dívida Ativa. O Município possui legislação para procedimentos de cobranças administrativas, expedição de notificações, envio ao Protesto e a Execução Fiscal.

Foram realizadas alterações do Código Tributário Municipal com a aprovação da LC nº 001/2021.

Acompanhou-se durante o exercício de 2022 a dívida ativa do Município de São Roque do Canaã, verificando-se que:

- O saldo inicial da dívida ativa de 2022 corresponde ao saldo final de 2021, sendo acrescido das novas inscrições e atualizações;
- Não houve cancelamentos, refis (anistia), remissão ou perdão da dívida ativa concedidos aos contribuintes;
- O Município realizou o levantamento do crédito tributário prescrito, mas o processo ainda não está concluindo, visto que o decreto do executivo autorizando a baixa ainda não foi expedido;
- Não foi realizado procedimento de cobrança administrativa da dívida ativa tributária, nem o envio a protesto, tampouco a cobrança judicial, ficando este procedimento para o exercício de 2023.

### **1.1.3 Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo**

Foram repassados ao Legislativo Municipal 5,42% das receitas tributárias e transferências constitucionais arrecadadas no exercício de 2021,





***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

conforme estabelecem o art. 29-A da CF/88, Emenda Constitucional 058/2009, Parecer TCE-ES 008/2005 e 023/2016, perfazendo a seguinte base de cálculo:

<b>Demonstrativo da Receita do Exercício de 2021</b>	<b>Base Emenda R\$</b>
1100000000 – Receita Tributária – Art. 156 da CF	1.488.970,92
17180121000 – Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal – Principal e Alínea D e E do Inciso I artigo 159 - CF	15.470.391,71
17180151000 – Cota Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	14.558,26
17280111000 – Cota Parte do ICMS - Principal	12.564.773,21
17280121000 – Cota Parte do IPVA - Principal	761.636,94
17280111000 – Cota Parte do ICMS - Principal	250.015,95
17280131000 – Cota parte do IPI – Municípios - Principal	13.989,03
17285201000 – Cota Aparte do ITR	30.564.336,02
Máximo Anual – EC 58/2009	2.139.503,52
Valor duodécimo repassado em 2022	1.655.000,00

Os recursos foram transferidos ao Poder Legislativo até o dia 20 (vinte) de cada mês, em duodécimos.

## **1. Gestão Patrimonial**

### **1.3.1 Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.**

Os termos de inventários anuais foram elaborados pela Comissão de Inventário, instituída pelo Decreto nº 6092/2022 de 06 de outubro de



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

2022.Comparando-se os termos de inventário anuais com os inventários anuais sintéticos tem-se as seguintes constatações:

<b>Saldo de bens móveis</b>	<b>Saldo contábil R\$</b>	<b>Saldo Inventário R\$</b>	<b>Diferença R\$</b>
	20.902.836,58	20.902.836,58	0,00
<b>Saldo de bens intangíveis</b>	<b>Saldo contábil R\$</b>	<b>Saldo Inventário R\$</b>	<b>Diferença R\$</b>
	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo de bens imóveis</b>	<b>Saldo contábil R\$</b>	<b>Saldo Inventário R\$</b>	<b>Diferença R\$</b>
	65.219.634,88	65.219.634,88	0,00
<b>Saldo de bens em almoxarifado</b>	<b>Saldo contábil R\$</b>	<b>Saldo Inventário R\$</b>	<b>Diferença R\$</b>
	337.356,79	337.356,79	0,00

#### **1.3.2 Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controles**

O Inventário dos bens patrimoniais foi concluído. Os bens de natureza permanente receberam números sequenciais através de plaquetas de identificação. Todos os bens móveis e imóveis têm suas respectivas notas fiscais ou outro documento que dê respaldo para tombamento do bem, como por exemplo: termo de doação, desapropriação, etc.

Desse modo, considera-se regular tal ponto de controle, visto que os registros dos bens estão sendo feitos e há servidor nomeado pelo Decreto nº 5.734 para o cargo de Chefe de Almoxarifado e Patrimônio.

#### **Limites constitucionais e legais.**

#### **1.4.1 Educação – aplicação mínima.**

A aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE foi de R\$ 12.249.457,14 com recursos de impostos e transferências constitucionais,



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

perfazendo 33,56% e garantindo o atendimento ao limite mínimo de 25% exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**1.4.2 Educação – remuneração dos profissionais do magistério.**

Os dispêndios com os profissionais do magistério também superaram o mínimo exigido na legislação e encerrou-se o exercício de 2022 com a aplicação percentual de 84,48% com pagamento aos professores da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, conforme tabela abaixo:

Pagamento dos Profissionais do Magistério	R\$ 3.942.006,96
Transferências recebidas do FUNDEB (e rendimentos)	R\$ 4.665.999,34
% aplicado no exercício	84,48%

**1.4.4 Saúde – aplicação mínima.**

O percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais foi de 23,54%, equivalente a R\$ 8.200.314,94, conforme demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde

**1.4.6 Despesas com pessoal – abrangência.**

Ao considerar os Relatórios de Gestão Fiscal emitidos em cada semestre do ano de 2022, é possível avaliar que todas as despesas com pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. Impende consignar que não foram efetuados gastos com mão de obra terceirizada para a substituição de servidor. Assim, considera-se regular o ponto de controle analisado.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

**1.4.7 Despesas com pessoal - Limites**

A Lei Complementar nº 101/00, ao estabelecer mecanismos de acompanhamento da gestão fiscal, instituiu, nos artigos 18 a 20, definições e limites específicos para as despesas de pessoal. Os artigos 21 a 23 disciplinam a forma de efetivação dos controles pertinentes. A omissão na execução de medidas para a redução de eventuais excessos impõe a aplicação de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Gestor, consoante prescrito no artigo 5º da Lei Federal nº 10.028/00, além de penalidades institucionais estabelecidas.

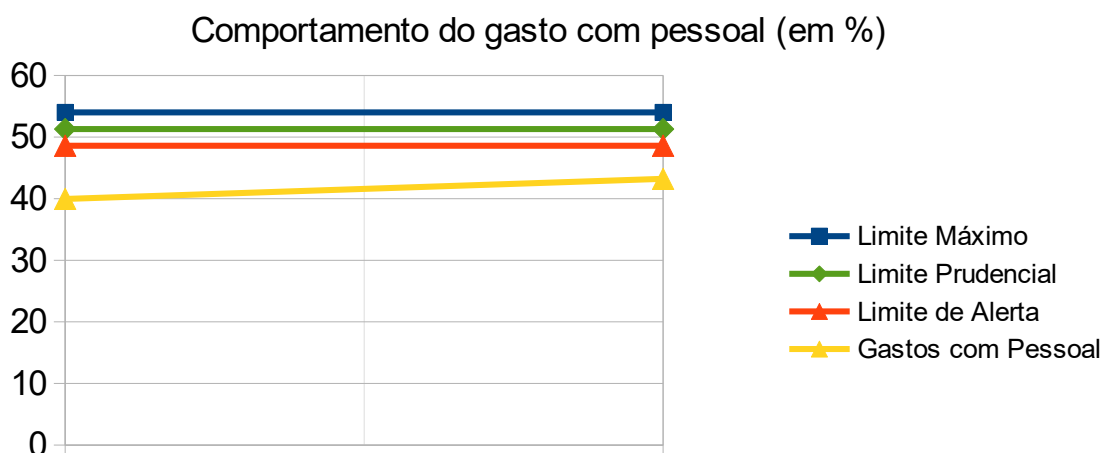
Analizando os Relatórios de Gestão Fiscal publicados semestralmente, é possível aferir que o valor total da despesa com pessoal no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 17.591.258,35, equivalente a 39,96% da Receita Corrente Líquida - RCL, já no segundo semestre do respectivo ano o dispêndio com pessoal foi de R\$ 20.089.705,31, um total de 43,21% da RCL.

Desse modo, conclui-se que durante o exercício de 2022 o valor total gasto com pessoal não ultrapassou sequer o limite de alerta de despesa, qual seja 48,60%, considerando-se regular tal ponto de controle analisado.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento do gasto com pessoal no exercício de 2022, com base nos dados extraídos dos RGF's publicados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES**  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**



**Itens de abordagem complementar:**

**2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.**

**2.1.1 LDO – compatibilidade com o Plano Plurianual**

A Constituição Federal estabelece no art. 165, §1º que:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Assim, analisando a Lei nº 980 de 27 de julho de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 e a Lei nº 996 de 17 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual 2022-2025 é possível constatar que toda a lei objetiva compatibilizar-se com o PPA aprovado para o exercício, a saber:

"Art. 5º, §1º: § 1º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, estão estipulados do Plano Plurianual e identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação."



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

"Art. 15. Em atendimento ao disposto no art. 45, da Lei Federal Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a inclusão de projetos na lei orçamentária anual estará baseada nos programas estabelecidos no plano plurianual observadas as prioridades a que se refere esta lei."

(Lei nº 980 de 27 de julho de 2021)

### **2.1.2 LDO – limitação de empenho**

Foi objeto de análise a Lei nº 980 de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.

Considerando o art. 14 da Lei nº 980 de 27 de julho de 2021, é possível aferir que tal lei contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do art. 4º, no art. 9º e no inciso II do §1º do art. 31, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber:

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo: a) obras não iniciadas; b) desapropriações; c) instalações, equipamentos e materiais permanentes; d) contratação de pessoal; e) serviços para a expansão da ação governamental; f) materiais de consumo para a expansão da ação governamental; g) fomento ao esporte; h) serviços para a manutenção da ação governamental; i) racionalização dos gastos com diárias, viagens e aquisição de equipamentos; j) redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos; k) contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio; e l) racionalização de despesas com horas extras e ampliação de jornada.

§ 1º Estão excluídos os valores que constituam obrigações constitucionais e legais, os valores legalmente vinculados, e os ressalvados por esta lei, conforme parágrafo 2º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º As determinações para limitação de empenhos serão expedidas pelo Gabinete do Prefeito, quando verificar que as realizações das receitas e das despesas não comportarão o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta lei, na forma prevista pelo artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 3º A limitação de empenhos será mantida até que a Secretaria Municipal de Administração e Finanças verifique e demonstre a possibilidade do cumprimento das metas fiscais.



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

§4º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas

**2.1.4 LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas**

A fim de verificar tal ponto de controle foi analisada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

O item 2.1.4 instrui a avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Após análise da LDO foi possível inferir que ela dispõe de tais condições e exigências, que se encontram nos artigos 23 e 24, conforme colacionado abaixo:

Art. 23 Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferência de recursos financeiros a entidades privadas, observado o limite das possibilidades financeiras do Município, a legislação vigente e a classificação da despesa na modalidade de aplicação 50, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

Art. 24 As transferências de recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade deverão ser realizadas conforme as regras dispostas pela Lei Federal nº 4.320, de 1964, pela Lei Federal nº 9.637 de 1998, pela Lei Federal nº 9.790/1999 e pela Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º As transferências que trata o caput do artigo somente poderão ser destinadas as entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 2º As transferências que trata o caput do artigo serão efetivadas através de convênios, termos de colaboração e termos de fomento.

§ 3º O beneficiário das transferências de que trata o caput deste artigo deverá estar regular em relação aos pagamentos de tributos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

§ 4º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso ou na forma autorizada em Lei específica.



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

§ 5º Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 6º As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-seão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

(Lei nº 980 de 27 de julho de 2021)

Assim, considera-se cumprido tal ponto de controle.

**2.1.5 LDO – anexo de metas fiscais - abrangência**

Após detida análise da Lei nº 980 de 27 de julho de 2021 - LDO aprovada para o exercício, foi possível concluir que tal item se encontra cumprido, a saber:

I - METAS FISCAIS: A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), estabelece, em seu artigo 4º, §§ 1º e 2º, que integrara a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF).

Em cumprimento a essa determinação legal, o referido anexo inclui os seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo I: Metas Anuais (LRF, Art 4º, § 1º) - Estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes

Além disso, tais metas encontram-se dispostas nas tabelas anexadas à referida lei.





***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

### **2.1.6 LDO – anexo de metas fiscais - conteúdo**

Analisando a Lei nº 980 de 27 de julho de 2021 - LDO aprovada para o exercício de 2021, foi possível concluir que tal item foi cumprido, conforme disposições abaixo e análise do anexo da referida lei:

"O Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional."

"Os conceitos adotados na composição dos índices e valores do Anexo de Metas Fiscais tiveram como base a Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018, que aprova a 9ª edição do Manual de demonstrativos Fiscais (MDF) aplicado a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme a seguir: [...]"

"Art. 2º, § 3º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º, §§ 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais para o exercício de 2022, estão identificados nessa lei em conformidade com a Portaria-STN."

### **2.1.7 LDO – anexo de riscos fiscais - abrangência**

Considerando o estabelecido na Lei nº 980 de 27 de julho de 2021, é possível encontrar o Anexo de Riscos Fiscais, conforme trecho colacionado abaixo:

05 - AVALIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS (Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o Anexo de Riscos Fiscais, onde devem ser avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas. Há a possibilidade das receitas não se comportarem durante o exercício conforme a previsão, em função dos desvios que possam vir a ocorrer em relação aos parâmetros utilizados para sua estimativa. Entre os riscos que podem influenciar diretamente no cumprimento das metas previstas, encontra-se o comportamento das principais variáveis econômicas, com eventuais alterações no cenário econômico considerado afetado por motivações internas e externas, podendo ter impacto importante na arrecadação das receitas e cortes no repasse de transferência voluntária da União e do Estado.

### **2.1.8 LDO – anexo de riscos fiscais - conteúdo**



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

Com o objetivo de avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN, foi analisada a Lei nº 980 de 27 de julho de 2022, cujo art. 2º, §3º dispõe que

"§ 3º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º, §§ 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais para o exercício de 2022, estão identificados nessa lei em conformidade com a Portaria-STN."

Ademais, analisando as tabelas anexas à referida lei, considera-se cumprido tal item.

#### **2.1.10 LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual**

Com o fito de avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e o PPA foi necessário analisar as referidas leis e comparar os seus dispositivos, tendo sido possível concluir que a Lei Orçamentária Anual encontra-se em compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual do exercício de 2022, estando regular tal ponto de controle.

#### **2.1.12 LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receitas**

Constatou-se que no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, consta o Demonstrativo VII que estabelece a compensação para a renúncia de receita prevista decorrente da isenção de impostos.

Assim, considera-se regular tal ponto analisado.



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

**2.1.13 LOA – reserva de contingência**

A Lei 980 de 27 de julho de 2021- LDO para o exercício de 2022, em seu art. 5º § 2º dispõe que:

"A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, identificada pelo código 9 no valor mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2022, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, alínea b da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000."

Analizando a lei 996 de 17 de dezembro de 2021, é possível concluir que foi estabelecido o total de R\$ 350.000,00 para a reserva de contingência, obedecendo ao disposto na LDO que exige o mínimo de 1% da RLC prevista para o exercício de 2022 destinada à reserva de contingência, conforme a LDO.

**2.1.16 LOA – programação financeira e cronograma de desembolso**

Considerando o estabelecido no Decreto nº 5.763/2022 que dispõe sobre as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma bimestral de desembolso para o exercício financeiro de 2022 conclui-se que tal item foi cumprido, visto que logo após a publicação da LOA o Decreto nº 5.763/2022 tratou das metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício financeiro de 2022.

**2.1.17 LOA – transparência na gestão**

A transparência na gestão foi incentivada através da realização de audiências públicas para elaboração da LDO e LOA de 2022. Foram publicados os Decretos nº 5.885/2022 e nº 6.065/2022 que dispõem sobre a formulação de consulta pública para a elaboração da LOA e LDO, ademais, por



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES**  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

meio da divulgação nas redes sociais da Prefeitura Municipal e da publicação em seu site oficial, considera-se cumprido tal ponto de controle.



Legenda: Publicações no instagram oficial da Prefeitura convidando os cidadãos para participação de em audiência pública.

Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CdEMaDnOSpX/?igshid=MDJmNzVkMjY=>>> e <<https://www.instagram.com/p/CilFrvROYhh/?igshid=MDJmNzVkMjY=>>>

## **2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária:**

### **2.2.3 Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro**

Analisando a Lei nº 980 de 2021 - LDO para o exercício de 2022, percebe-se que o anexo de metas fiscais contém o seguinte dispositivo:

f) Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, Art 4º, § 2º, inciso V) - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado;"

Desse modo, previu-se a renúncia de receita para o exercício correspondente e para os dois seguintes, além disso, estabelece como medida de compensação "Promover o recadastramento imobiliário".



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

### **2.2.13 Créditos Adicionais – autorização legislativa para abertura**

Para avaliar tal ponto de controle foi analisada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, além da Lei Orçamentária Anual.

Após análise foi possível concluir que consta na LOA a autorização para abertura de créditos adicionais para o exercício de 2022, a saber:

Art. 8º Fica o Poder Legislativo e o Poder Executivo, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 60% (trinta por cento) do total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, podendo para tanto, utilizar os recursos definidos nos termos do artigo 7º e 43 § 1º da LEI Nº 4.320/64. (Redação dada pela Lei nº 1.042/2022)

Art. 9º As suplementações efetuadas com base no artigo 8º utilizarão como fonte de recursos os valores provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de crédito adicionais, facultada a inserção de elementos de despesa e fontes de recurso nos projetos e atividades observados a mesma categoria econômica.

Considera-se regular tal ponto de controle.

### **2.2.14 Créditos Adicionais – decreto executivo**

Foi analisado o demonstrativo de créditos adicionais abertos no exercício de 2022. Após análise conclui-se que os créditos adicionais foram abertos mediante a edição de decreto pelo chefe do poder executivo municipal, estando regular tal ponto de controle.

### **2.2.22 Transparência na gestão – execução orçamentária**

Conforme o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal

"Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. "



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

Assim, analisando as informações disponibilizadas no Portal da Transparência, na aba de receitas e despesas é possível ver as informações de receitas e despesas atualizadas.

**2.2.22 Pagamento de passivos – ordem cronológica de exigibilidades**

Após detida análise acerca dos passivos e se eles estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidade, foram identificados 5 processos que não foram pagos na ordem cronológica pois estão aguardando regularizações de competência dos beneficiários para que seja efetuado o pagamento.

Assim, considera-se regular tal ponto de controle.

**Cumprimento das metas estabelecidas na LDO:**

Em análise aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022, identificou-se que o resultado primário obtido ao final do exercício foi de R\$ - 112.883,77, atingindo a meta estabelecida que era de R\$ - 5.437.638,84.

O resultado nominal atingido ao fim do exercício foi de R\$ 1.938.509,18, superando a meta estabelecida de R\$ 99.888,71.

**Demais aspectos abordados:**

O Município não tem participação acionária com empresas públicas e sociedades de economia mista.

**Gastos com publicidade:**

No exercício de 2022, o poder executivo teve apenas gastos com publicações de atos nos veículos oficiais do Estado e da União, principalmente referente à licitações, no valor total de R\$ 37.241,96.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

## **RECURSOS HUMANOS**

No ano de 2022 o município encerrou o exercício com 496 (quatrocentos e noventa e seis) servidores. A quantidade de servidores informados inclui afastados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e sem remuneração.

Foi verificado a boa ordem e guarda dos documentos, para cada servidor existe uma pasta contendo: informações pessoais, datas de admissões, cargos ocupados ou funções exercidas, lotações e remunerações. Existem também fichas funcionais e financeiras individualizadas dos servidores, onde consta o ocupante de cargo de provimento permanente ou efetivo ativo.

Foi realizado também controle de frequência, com prontuários atualizados e organizado.

Os servidores para cargos de provimento efetivo se deram através de aprovação em concurso público e com previsão na LDO, o concurso fez reserva de vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais.

As vagas abertas em concurso possuíam autorização por lei e a nomeação obedeceu à ordem de classificação dos aprovados no mesmo.

A posse se deu mediante apresentação da documentação exigida nas normas de controle interno, edital, decreto de nomeação e assinatura do termo de posse.

Os servidores em estágio probatório estão sendo avaliados na forma da lei municipal e regulamento.

A nomeação para cargos em comissão atendeu o limite de vagas fixado em lei.

O trabalho desenvolvido pelos comissionados guarda as características com contribuições de chefia, direção e assessoramento.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

A documentação apresentada pelos nomeados atende as exigências das normas do controle interno e o decreto de nomeação foi publicado no órgão oficial do município.

Não houve concurso para provimento de vagas neste período. O município encaminha mensalmente a Tribunal de Contas Estado do Espírito Santo -TCE-ES, informações sobre o número de servidores nomeados, e a despesa total conforme determina a IN 68/2020. As informações de pessoal estão sendo enviadas ao TCE-ES pelo Gestor da UG (Unidade Gestora) exclusivamente por meio do CidadES, no prazo estabelecido pela Instrução Normativa.

A Guia de recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social -Gfip tem sido enviada no prazo legal e com todas as informações obrigatórias. Quanto às pensões de aposentadorias são de inteira responsabilidade do INSS, pois não temos regime próprio de previdência.

## **2. ALMOXARIFADO**

Este setor auxilia os usuários da Administração Pública em operações do dia a dia, relacionadas à armazenagem de produtos de uso das diversas secretarias da administração municipal. Engloba desde o recebimento das mercadorias, controle do estoque até a distribuição, impedindo a divergência de inventário e perda de qualquer natureza. Realiza também trabalho de monitoramento do patrimônio municipal.

O Município tem 01 (um) almoxarifado espaçoso, onde são registradas as entradas conforme as notas fiscais e as saídas através de requisições.

## **3. LICITAÇÕES E CONTRATOS**

A comissão de licitação vem se capacitando para melhorar os serviços do setor. A comissão atuou em 2022 realizando contratos e licitações nas





***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

diversas modalidades, onde as licitações e os contratos são formalizados, respeitando os prazos e os limites de valores, todas as licitações são feitas com empresa que estão regulares junto ao fisco e respeitando a risca a Lei 8.666/93 e a nova legislação que trata do pregão.

#### **4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

O Município de São Roque do Canaã contraiu operações de crédito no exercício no valor de R\$ 1.120.000,00 referente a operação contraída junto a Caixa Econômica Federal para investimentos de infraestrutura. A tabela abaixo, extraída do RGF referente ao 2º semestre de 2022, explicita o valor da dívida consolidada líquida:

Dívida Consolidada	R\$ 1.120.000,00
Dívida Consolidada Líquida =	-22.099.867,10

#### **5. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Estão previstas na Lei Orçamentaria Anual e Lei de Diretrizes Orçamentária, porém não foram utilizadas.

##### **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES**

Vigência 04/01/2022 – 28/02/2022 = R\$ 13.029,00

Vigência 01/03/2022 – 31/12/2022 = R\$ 148.800,00

Vigência 23/09/2022 – 31/12/2022 = R\$ 13.029,00 – manutenção do recursos humanos e serviços essenciais da instituição

**Total no exercício de 2022 = R\$ 398.891,51**

**ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM R\$20.000,00.**

**CAIJUC - CENTRO DE APOIO INFANTO JUVENIL CANAÃ R\$72.000,00.**



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

**ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA CANAÃ – PROJETO ECCO R\$ 30.000,00**

**6. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

I - Divulgação e supervisão da aplicação, por parte dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município, de normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como por outros Órgãos de controle e fiscalização, em apoio ao Controle Externo;

II - Desenvolvimento do Plano Anual de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município de São Roque do Canaã;

III - Fortalecimento do Setor de Ouvidoria e Transparência Pública no município de São Roque do Canaã;

IV - Participação em capacitações, em cursos e em treinamentos diversos, objetivando a aprimorar diariamente o atendimento prestado e a alicerçar a série de conhecimentos e a aperfeiçoar cada vez mais o atendimento prestado, consolidar o melhor serviço possível à Administração Municipal;

V - Orientação constante aos servidores municipais, sanando questionamentos e buscando oferecer respostas para demandas trazidas à Controladoria Municipal de São Roque do Canaã, de forma a aprimorar a qualidade do serviço prestado à população;

VI - Participação em webinários, lives e orientações técnicas realizadas pelas mais diversas instituições acerca de controle interno e gestão de ouvidoria;

VII - Homologação do Rol de Responsáveis informados pelo Setor Contábil da Secretaria Municipal de Administração e Finanças na remessa de informações da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Sistema CidadES do TCEES;

VIII - Preenchimento de questionários acerca da atuação do Controle Interno, de processos e procedimentos realizados pela Prefeitura e sobre o diagnóstico



*PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES*  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

e possíveis melhorias a serem implantadas no site institucional municipal e no Portal da Transparência, conforme as exigências legais e boas práticas de transparência;

IX - Foram realizadas análises e emitidos pareceres nos processos administrativos encaminhados ao Controle Interno de nomeação de servidores efetivos, assim como de servidores contratados através de processos seletivos.

X - Monitoramento e resposta dos Pedidos de Acesso à informação e às manifestações recebidas pela Ouvidoria;

## **7. CONCLUSÃO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Marcos Geraldo Guerra, relativa ao exercício de 2022 e, em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam, adequadamente a prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos, tendo como os pontos de controle avaliados, elencados no presente relatório desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular com ressalvas.

Quanto ao trabalho desempenhado por esse Órgão de Controle Interno, foram observados diversos pontos a serem fiscalizados e acompanhados, bem como providências a serem adotadas, cientes de que o trabalho requer uma evolução frequente, de modo a garantir maior transparência e controle da Gestão Pública, razão maior da existência dos Controles Interno e Externos.

Ressalta-se que as demais atividades do Controle Interno estão sendo desempenhadas para maior eficiência e efetividade na manutenção do serviço público com ênfase na transparência, economicidade e salvaguarda do erário.



***PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES***  
***CONTROLADORIA MUNICIPAL***

O trabalho de verificação do cumprimento das normas de controle interno se deu por análise dos processos de despesa, extratos, processos de receita, arquivos, visitas aos setores, informações recolhidas em inspeções e relatórios emitidos pelos sistemas implantados nos computadores dos setores da prefeitura.

Quanto a constatação da prestação estar regular com ressalvas, estas prendem-se ao fato desta signatária ter assumido a Pasta no decorrer do ano, e que também não dispõe de mais servidores o que a impossibilitou o acompanhamento da gestão financeira e orçamentária desde o início do exercício, e, nem todos os pontos de controle foram avaliados, em virtude do tempo, e principalmente os pontos que exigem análise mais aprofundada, maior conhecimento em Contabilidade Pública e, auditorias que não foram realizadas no decorrer do ano e que também pelo fato de não ter sido feito o PAAI.

Ressalto o forte empenho do Prefeito Marcos Geraldo Guerra, quanto ao apoio e confiança nos trabalhos desenvolvidos pela Controladoria e pela luta conjunta com o órgão pela lisura e transparência da Gestão.

**São Roque do Canaã - ES, 20 de março de 2023.**

**Maria Madalena Baratella**

Controladora Geral

**Debora Marcia Raasch Jacobsen**

Auditora Pública Interna